

# CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Câmara Técnica Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos

## Grupo de Trabalho (GT)

RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES HÍDRICOS - Controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de ambientes hídricos

5ª REUNIÃO – 27 DE SETEMBRO DE 2013

### **Apresentação**

O objetivo deste documento é registrar os assuntos tratados na quinta reunião do GT, relacionando os principais argumentos e encaminhamentos propostos. Não pretende realizar uma transcrição das falas dos participantes durante a reunião, mas apenas manter um histórico da evolução das discussões.

Dando seguimento aos trabalhos do GT, a quinta reunião aconteceu no dia 27 de setembro de 2013, em Brasília, e contou com representantes do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Agência Nacional de Águas, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, CETESB, SABESP, UNIFEB, FUNPAPI, Proam, Umbelino Lobo, CNA, CNI e AESAS/Sindicom.

No início da reunião, o coordenador apresentou breve histórico sobre a motivação e origem do GT e da evolução das discussões ao longo das reuniões ocorridas até o momento.

### **1 Discussão sobre águas subterrâneas**

Falando a respeito das peculiaridades que envolvem a recuperação de águas subterrâneas, tais como, as dificuldades de enquadramento dos remediadores e a necessidade de rever a Resolução Conama n.º 314<sup>1</sup>, o coordenador questionou os participantes sobre a possibilidade de, neste momento, orientar as discussões do GT somente à recuperação de águas superficiais.

De acordo com ele, a regulamentação do uso de produtos ou processos para a recuperação de águas subterrâneas pode ser mais bem avaliada em um grupo específico sobre “áreas contaminadas”. Ainda, outra possibilidade seria suspender temporariamente a discussão sobre águas subterrâneas, no GT Recuperação de Ambientes Hídricos, e deixar a avaliação da pertinência em retomá-la para um momento posterior. Esta última opção foi acatada pelo grupo.

### **2 Leitura do relato da reunião anterior**

O relato da 4ª reunião do GT Recuperação de Ambientes Hídricos foi feito e, com os ajustes realizados, o texto foi considerado aprovado.

### **3 Convite de especialistas**

Conforme decidido no encontro anterior, o Ministério da Saúde deveria contatar especialistas para tratar a respeito de cianotoxinas em águas de abastecimento.

Sobre isso, a representante do Ministério da Saúde explicou que, embora tenham sido realizadas conversas pontuais, não foi possível reunir os especialistas para a 5ª reunião do GT.

### **4 Proposta de Parágrafo - Ministério da Saúde**

A representante do Ministério da Saúde retomou a discussão a respeito do parágrafo proposto, que estabelece a comunicação dos órgãos locais de saúde no processo de recuperação das águas de mananciais de abastecimento.

Ela explicou que, depois de reuniões internas de coordenação, a ideia é retornar à primeira proposta, em que o órgão local de saúde deve acompanhar o plano de aplicação e plano de monitoramento.

A partir desta consideração, a proposta da MSaúde foi incorporada a minuta de resolução trabalhada.

---

<sup>1</sup> A Resolução CONAMA n.º 314 dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências.

## **5 Considerandos - Proposta de redação do Ministério da Saúde**

O Ministério da Saúde propôs a inclusão de um “Considerando” que aborde o uso de algicida em caráter excepcional, conforme Portaria nº 2.914, 2011, do Ministério da Saúde, desde que com a autorização do órgão ambiental.

Apesar ter sido questionada a pertinência do Considerando, optou-se por incluir e, em momento posterior, avaliar se deve ser mantido. Assim, o Ministério da Saúde ficou de apresentar uma proposta de redação, a ser submetida a avaliação jurídica.

## **6 Processos físicos**

O representante da CNI, preocupado com a possibilidade de dificultar rotinas realizadas pelo setor elétrico, questionou a necessidade de tratar, nesta proposta de resolução, a respeito da utilização processos físicos para a recuperação de ambientes hídricos.

A representante da ANA falou sobre os impactos para a qualidade de água da remoção física de macrófitas, indicando, portanto, a necessidade de regulamentação.

O coordenador argumentou também que a legislação exige que se trate dos processos físicos.

## **7 Definição de corpos hídricos**

Não houve ainda consenso sobre a definição do melhor termo a ser usado (ambiente ou corpo hídrico), de modo a abrigar a gama de possibilidades de que trata esta proposta de resolução e esclarecer suas exceções.

## **8 Encaminhamentos**

8.1 Ministério da Saúde ficou de elaborar texto sobre as condicionantes propostas por aquela pasta para os mananciais de abastecimento público.

8.2 Retomar a discussão sobre a definição de “corpos hídricos”.